

Maria Rita Rebello Pinho Dias

# NOVAS PERSPECTIVAS DE GERENCIAMENTO JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

2023



CONTRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Alameda Itu, 852 | 1º andar |

CEP 01421 002

[www.loja-editoracontracorrente.com.br](http://www.loja-editoracontracorrente.com.br)

[contato@editoracontracorrente.com.br](mailto:contato@editoracontracorrente.com.br)

#### **EDITORES**

Camila Almeida Janela Valim

Gustavo Marinho de Carvalho

Rafael Valim

Walfrido Warde

Silvio Almeida

#### **EQUIPE EDITORIAL**

COORDENAÇÃO DE PROJETO: Juliana Daglio

PREPARAÇÃO DE TEXTO: Amanda Dorth

REVISÃO: Carla Carreiro

REVISÃO TÉCNICA: Ayla Cardoso e Douglas Magalhães

DIAGRAMAÇÃO: Pablo Madeira

CAPA: Mariela Valim

#### **EQUIPE DE APOIO**

Fabiana Celli

Carla Vasconcellos

Valéria Pucci

Regina Gomes

Nathalia Oliveira

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Dias, Maria Rita Rebello Pinho

Novas perspectivas de gerenciamento judiciário /

Maria Rita Rebello Pinho Dias. -- São Paulo :

Editora Contracorrente, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5396-070-1

1. Poder Judiciário - Administração - Brasil

I. Título.

22-133006

CDU-35

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Poder Judiciário: Administração pública: Direito administrativo 35

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	11
PREFÁCIO .....	15
INTRODUÇÃO .....	17
PARTE I - DESAFIOS ATUAIS DO PODER JUDICIÁRIO: DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO E ACESSO À JUSTIÇA .....	25
CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO HISTÓRICA: CRISE DO PODER JUDICIÁRIO .....	29
CAPÍTULO II - CONCEITO DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS .....	57
2.1 Conceito doutrinário de gerenciamento de processos e de gestão judicial .....	57
2.2 Conceito de gerenciamento: administração .....	84
PARTE II - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO .....	93
CAPÍTULO III - ORGANIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO SOB A PERSPECTIVA ADMINISTRATIVA .....	99

3.1 Princípios constitucionais organizadores: autonomia financeira e administrativa .....	102
3.1.1 Estrutura administrativa .....	105
3.2 Pacto federativo .....	108
<b>CAPÍTULO IV - PAPEL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)</b> .....	121
4.1 Composição constitucional .....	122
4.2 Competência constitucional: poder regulamentar originário e poder regulamentar derivado .....	127
4.2.1 O poder normativo do CNJ sob a ótica do STF .....	145
4.3 Intervenção do CNJ e gestão: limites e ineficiências .....	163
4.3.1 Sistema de tramitação processual unificado: Resoluções CNJ n. 185/2013 e n. 280/2019. Recente Resolução n. 335/2020 – Plataforma Digital do Poder Judiciário .....	166
<b>PARTE III - GERENCIAMENTO JUDICIAL BRASILEIRO: DIFERENTES DIMENSÕES DE ANÁLISE</b> .....	199
<b>CAPÍTULO V - ÍNDICES DE AFERIÇÃO DE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE: MONITORAMENTO, CONTROLE, MEDIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE FATORES EXÓGENOS</b> .....	203
5.1 Importância dos índices de medição .....	205
5.1.1 Análise empírica e uso de ferramentas tecnológicas para tratamento de dados. Definição de metas .....	209
5.1.2 Índices estipulados pelo CNJ .....	224
5.1.2.1 Taxa de Congestionamento (TC) .....	225
5.1.2.2 Índice de Atendimento à Demanda (IAD) .....	226
5.1.2.3 Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) .....	238
5.1.2.4 Outros indicadores .....	240

5.1.3 Importância dos índices para os tribunais locais: programas de estímulos .....	248
5.2 Perspectiva econômica do processo .....	251
5.2.1 A percepção econômica quanto à natureza da atividade de prestação jurisdicional .....	252
5.2.2 A percepção econômica quanto ao processo em si: alocação de custos e de incentivos .....	271
5.3 Identificação dos fatores exógenos que impactam o processo .....	278

CAPÍTULO VI - AS DIMENSÕES DO GERENCIAMENTO JUDICIAL .....	281
6.1 As dimensões de gerenciamento .....	284
6.2 Processo .....	295
6.2.1 Ferramentas previstas na dogmática processual <i>e case management</i> .....	297
6.2.2 Ferramentas exógenas .....	315
6.3 Unidades judiciais: fluxos de trabalhos e organização de estruturas de cartório .....	320
6.3.1 Ferramentas previstas na dogmática processual .....	324
6.3.2 Ferramentas exógenas. Gerenciamento estratégico de cartórios judiciais: papel das Corregedorias e do juiz corregedor .....	327
6.3.2.1 Organização dos serviços das unidades judiciais: a organização do cartório e do gabinete do magistrado e sua interação .....	327
6.3.2.2 Manual de boas práticas de gestão .....	354
6.3.2.3 Organização de estruturas de cartório: regionalização, aglutinação e especialização de unidades judiciais .....	355
6.3.2.3.1 Organização pelas diferentes configurações de organização das estruturas de trabalho .....	355

6.3.2.3.2 Organização pela divisão espacial da região de competência .....	360
6.3.2.3.3 Organização pela especialização das matérias .....	363
6.4 Institucional .....	377
6.4.1 Ferramentas previstas na dogmática processual. Gerenciamento de precedentes. Repercussão geral. Súmula impeditiva de recursos. IRDR .....	381
6.4.2 Ferramentas exógenas .....	402
6.4.2.1 Uso de tecnologia .....	402
6.4.2.2 Monitoramento de perfis de ações e adoção de medidas institucionais com relação a ações repetitivas, grandes litigantes e utilização atípica do Poder Judiciário .....	440
6.4.2.3 Aproximação institucional com grandes litigantes: potencialidades e limitações .....	451
6.4.2.4 Gestão de relacionamentos humanos e capacitação .....	456
6.4.2.5 Prevenção de litígios: ADRs e identificação das causas de litigância .....	458
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	463
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	481
ANEXO I - TEMPO DE JULGAMENTO DA REPERCUSSÃO GERAL NO STF .....	507
ANEXO II - TEMPO DE JULGAMENTO DOS REPETITIVOS NO STJ .....	521
ANEXO III - QUANTITATIVO DE PROCESSOS SOBRESTADOS NO STF .....	545